

Juros altos provocam separação

19 OUT 1998

70 00019 0

O contencioso entre os empresários é extenso e começa pela visão de que o Governo não se empenhou efetivamente na busca do equilíbrio fiscal, principalmente na parte de corte dos gastos públicos. O mais grave atrito, no entanto, são os juros elevados e a falta de perspectivas de que eles venham a ser reduzidos em curto prazo e a inexistência de linhas especiais de créditos para que as empresas possam se valer delas. Os juros elevados, dizem, drenam para o mercado financeiro recursos que deveriam estar sendo investidos na produção. Na CNI começa a crescer a corrente dos que defendem que o Governo deve criar uma condições facilitadas de refinanciamento das dívidas das empresas, especialmente as de pequeno e médio portes, semelhante ao programa de rolagem de dívidas criado para o setor agrícola, com juros facilitados.

Há até mesmo iniciativas, ainda isoladas, para que o Governo crie linhas especiais de crédito para que empresas que estão endividadas em moeda estrangeira possam liquidar seus débitos no exterior. Diversas empresas brasileiras buscaram recursos no exterior para financiar seus investimentos. Com o agravamento da crise



MENDONÇA de Barros recebeu o recado da indústria

internacional, o crédito para empresas brasileiras ficou mais difícil e muitas daquelas empresas estão tendo que se valer de empréstimos junto a bancos brasileiros para liquidar seus financiamentos em moeda estrangeira porque os investidores não estão admitindo sequer a renovação (rolagem) dos empréstimos.

Além de facilidades na renegociação de dívidas, os dirigentes da CNI querem uma mudança na orientação dos bancos oficiais do Governo - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil, Banco da Amazônia e

Banco do Nordeste do Brasil. A reclamação geral é de que estes são pouco comprometidos com a produção e trabalham mais na linha de ajudar o Governo a rolar seu déficit.

"Não tem sentido banco oficial agir como qualquer outro banco comercial. Eles têm que ter uma atuação voltada para o incentivo à produção", diz o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Stefan Salej.

Cobranças

Técnicos ligados às federações das indústrias dos estados explicam que há um temor dos

empresários com a internacionalização dos sistema financeiro brasileiro. Na visão deles, os bancos estrangeiros que estão comprando as instituições brasileiras estão vindo para o Brasil para dar suporte financeiro às empresas de seus países de origem e que pouco ou nada sobraria para financiamentos às empresas brasileiras. Assim, esperam que os bancos estatais brasileiros se transformem, na prática, em agências de fomento industrial.

Oficialmente, nenhum líder empresarial ainda assume que as cobranças ao Governo subiram de tom, podendo até acabar a luta-de-mel entre os dois lados. No entanto, este recado foi dado diretamente ao secretário executivo da Câmara de Comércio Exterior, José Roberto Mendonça de Barros, um dos principais conselheiros econômicos do presidente Fernando Henrique, numa reunião que ele teve na Confederação Nacional da Indústria (CNI) com todos os presidentes das federações estaduais de indústrias, duas semanas antes das eleições de 5 de outubro. Mendonça de Barros teria saído apreensivo com o que ouviu na reunião e com o tom das reclamações, segundo um dos participantes. (A.N.)

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES POR VALOR - 1997

Tributos/Governos	R\$ milhões correntes	% do PIB	% do Total
Principais Tributos	253.123	29,20	100,00
ICMS	59.572	6,87	23,50
Contr.Salários+Simples	45.122	5,21	17,80
Imposto de Renda	32.808	3,79	13,00
Cofins	18.401	2,12	7,30
IPI	16.344	1,89	6,50
FGTS	12.932	1,49	5,10
PIS/Pasep	7.275	0,84	2,90
CSLL	7.228	0,83	2,90
CPMF	6.908	0,80	2,70
Imposto de Importação	5.103	0,59	2,00

PIB: R\$ 866,7 bilhões

Fonte: IPEA e BNDES

CARGA TRIBUTÁRIA E RENDA

Países	Carga Tributária efetiva (% PIB)	Renda per capita (US\$) estimada (% PIB)	Carga Tributária Tributário (%)	Excesso
Hungria	49,5%	3176	23,0%	115,0%
Polônia	46,7%	1957	21,9%	112,8%
Brasil	29,8%	4776	24,4%	21,8%
Africa do Sul	27,9%	3077	22,9%	21,7%
Alemanha	44,2%	19948	37,9%	16,8%
França	45,3%	23084	40,6%	11,5%
Espanha	36,2%	14773	33,3%	8,8%
Chile	19,9%	3730	23,5%	-15,4%
Índia	17,2%	306	20,5%	-16,0%
EUA	29,7%	24325	41,7%	-28,8%
Coréia do Sul	17,9%	8540	27,8%	-35,5%
Argentina	15,3%	4343	24,1%	-36,4%
Gana	12,7%	367	20,5%	-38,2%
Japão	21,0%	22857	40,4%	-48,1%

Fonte: CNI